

**Carmen Regina
Abreu**

Professora dos Cursos de
Relações Públicas e Jor-
nalismo da Universidade
Federal do Pampa.

A disputa entre as Comissões da Verdade pela versão final sobre a morte de JK*

**The dispute between
Commissions of Truth by the
final version on
the death of JK**

**La disputa entre Comisiones
de La Verdad por la versión
final de la muerte de JK**

* Versão revista do texto apresentado no 12º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo – Santa Cruz do Sul (UNISC). Novembro de 2014.

RESUMO

O texto apresenta, a partir de perspectivas teóricas sobre acontecimento e de pressupostos da Análise de Discurso (AD), como se dá a disputa sobre a “versão final” do acontecimento morte do ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira entre as comissões da verdade São Paulo e Nacional. A cobertura da divulgação das versões pelos jornais Folha de São Paulo e O Globo também é discutida. A análise abrange o período de exposição das conclusões das duas comissões e permite compreender como os jornais noticiaram, que espaço dedicaram e que sentidos foram produzidos sobre as versões de mais um acontecimento que integra o macroacontecimento golpe civil-militar que o Brasil sofreu, em 1964.

Palavras-chave: Morte JK. Comissões da Verdade. Disputa. Versões. Jornais.

ABSTRACT

The text presents, from theoretical perspectives on event and presuppositions of Discourse Analysis (DA), as the dispute over the “final version” of the event death of former President, Juscelino Kubitschek de Oliveira, between truth commissions São Paulo and national. The coverage of the release of versions, the newspaper Folha de Sao Paulo and O Globo, is also discussed. The analysis covers the period of exposure of the conclusions of the two committees and allows you to understand how the newspapers reported, that space dedicated and that directions were produced on versions of another event that integrates the macroacontecimento civil-military coup that Brazil suffered, in 1964.

Keywords: Death JK. Truth Commissions. Dispute. Versions. Newspapers.

RESUMEN

El texto presenta, desde perspectivas teóricas en el evento y presupuestos de análisis de discurso (DA), como la disputa por la “versión final” de la muerte de evento del ex Presidente, Juscelino Kubitschek de Oliveira, entre comisiones de la verdad y el nacional. La cobertura del lanzamiento de versiones, el diario Folha de Sao Paulo y O Globo, también se discute. El análisis cubre el período de exposición de las conclusiones de las dos comisiones y permite entender cómo los periódicos informaron, ese espacio dedicado y que direcciones se produjeron en las versiones de otro evento que integra el golpe cívico-militar de macroacontecimento que sufrió Brasil, en 1964.

Palabras-clave: Muerte JK. Comisiones de La Verdad. Disputa. Versiones. Periódicos.

Submissão: 18-6-2015

Decisão editorial: 23-8-2016

1. As versões para a morte de JK

Três líderes políticos de grande expressão, entre os quais dois ex-presidentes do Brasil, morreram num intervalo de poucos meses durante o governo do general Ernesto Geisel (1974-1979). Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK), João Belchior Marques Goulart (Jango) e Carlos Lacerda eram monitorados pela ditadura militar e teriam seus direitos políticos recuperados posteriormente. A morte do ex-presidente JK, em 22 de agosto de 1976, continua sendo discutida mesmo depois de 40 anos. São duas versões para mais um dos acontecimentos da história do país, com poder de revelação (QUÉRÉ, 2005), que faz parte do macroacontecimento golpe civil-militar de 1964. Foi assassinato ou acidente? De acordo com a Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi um acidente, mas para a Comissão da Verdade da Câmara Municipal de São Paulo, batizada de Comissão da Verdade Vladimir Herzog (CMVVH)¹, e para a Comissão Estadual da Verdade "Rubens Paiva" de São Paulo² (CEV/SP) foi um assassinato cometido pela ditadura militar.

¹ Relatório final da Comissão Municipal da Verdade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.camara.sp.gov.br/livrocomissaoдавerdade/>>. Acesso em: 27 out. 2015.

² A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva", criada pela Resolução n. 879, de 10 de fevereiro de 2012, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, tem dentre seus objetivos o dever de "promover o

Em 1964 JK era senador pelo Partido Social Democrático (PSD) e também pré-candidato³ à presidência da República nas eleições programadas para o ano seguinte, mas que não ocorreram em função da instauração da ditadura militar. Desde 1961, quando Jango assumiu a presidência do Brasil, após a renúncia de Jânio Quadros, até 1964 – quando foi deposto pelo golpe que instituiu a ditadura militar – o país viveu sob certa instabilidade política. Vivia-se em uma democracia política desde 1945, mas o sistema era frágil. No dia 2 de abril de 1964 o então presidente do Congresso Nacional, senador Auro de Moura Andrade, leu a declaração de vacância da presidência da República. Na ocasião, Andrade alegou que Jango tinha viajado para o exterior sem autorização dos deputados e senadores, mas na verdade o presidente estava em Porto Alegre (RS).

Foram duas décadas sob o comando dos militares que, com o apoio de diversos segmentos da sociedade brasileira, tiraram João Goulart da presidência da República. Um golpe militar precisa de várias frentes para ter êxito e entre os atores estava a imprensa. Ferreira (2011, p. 508) argumenta que existia uma ampla coalizão civil-militar, e “a imprensa e os meios de comunicação não apenas apoiavam, mas incentivavam o golpe. Não se tratava só do apoio de empresários e latifundiários, mas de amplas parcelas

esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria” (art. 2º, II da Resolução 879/2012), em colaboração com a Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <<http://verdadeaberta.org/>>. Acesso em: 3 maio 2015.

³ A 19 de março de 1964, uma convenção do PSD homologou a candidatura de JK à presidência da República. Disponível em: <http://www.projetomemoria.art.br/JK/biografia/5_jk65.html>. Acesso em: 20 jul. 2014.

das classes médias". Em tal contexto, o general Humberto de Alencar Castelo Branco é eleito presidente do Brasil pelo Congresso Nacional, no dia 11 de abril de 1964, com o voto de JK. Apesar de ter apoiado a instauração do regime militar JK é cassado no dia 8 de junho de 1964 e cinco dias depois parte para o exílio, mas mesmo com os direitos políticos cassados, até 1974, decide retornar no ano seguinte.

Acerca dos acontecimentos daquele período, Ronaldo Costa Couto relata que, JK,

Ao pé da escada acoplada ao avião, na manhã de 4 de outubro de 1965, recebe de um oficial da Aeronáutica intimação para comparecer às 8 horas da manhã seguinte ao quartel da PE (Polícia Especial do Exército), Rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro. O documento está assinado pelo coronel Ferdinando Carvalho, encarregado de IPM sobre atividades comunistas no Brasil. Ato contínuo, uma segunda intimação, assinada pelo coronel Joaquim Victorino Portella Ferreira Alves: apresenta-se às 2 da tarde (apenas cinco horas depois) daquele mesmo dia para depoimento sobre as atividades do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). (COUTO, 2013, p. 163).

No dia 9 de novembro de 1965 Juscelino Kubitschek deixa o país novamente para retornar de vez, em 1967. Em 7 de agosto de 1976, 15 dias antes da morte do ex-presidente, amigos, familiares e jornalistas chegam sem avisar à Fazendinha JK. "O primo, amigo e confidente Carlos Murilo Felício dos Santos é o primeiro a abraçar JK. Um abraço diferente, de alívio e de alegria". (COUTO, 2013, p. 205). Ele relata que rádios noticiavam a morte do presidente, em acidente de automóvel, numa estrada de terra ali perto.

Poucos dias depois o acidente realmente aconteceu. O ex-presidente JK e seu motorista, Geraldo Ribeiro, morreram após uma batida entre o Opala em que estavam e um caminhão Scania, que vinha no sentido oposto da Via Dutra, próximo ao município de Resende (RJ) em 22 de agosto de 1976. Desde então existem dúvidas sobre as circunstâncias do acidente⁴. O mais recente capítulo que envolve a morte de JK é a divergência entre a CNV e as Comissões da Verdade paulistas. A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”⁵ (CEV/SP) chegou à mesma conclusão da comissão municipal sobre a morte de JK. Segundo o relatório divulgado em 11 de dezembro de 2014, um dia depois do relatório final da CNV, elaborado por uma equipe de mais de 20 professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Presbiteriana Mackenzie, “uma investigação correta, justamente de maneira inversa à realizada pela Comissão Na-

⁴ “Conforme perícia técnica oficial, o carro se desgovernou ao ser tocado na traseira esquerda pelo ônibus de passageiros de prefixo 3148, da Viação Cometa, de São Paulo, placa HX 2630, dirigido por Josias Nunes de Oliveira, 33 anos, paulista de Rancharia. Nasce o enigma da morte de Kubitschek. Acidente de estrada? Falha humana ou mecânica? Houve ou não o toque do ônibus? Crime político? Era o tempo da sinistra Operação Condor, organização secreta criada em 1974 por ditaduras dos países do Cone Sul para afastar lideranças políticas adversárias”. (COUTO, 2013, p. 214).

⁵ A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, criada pela Resolução n. 879, de 10 de fevereiro de 2012, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, tem dentre seus objetivos o dever de “promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria” (art. 2º, II da Resolução 879/2012), em colaboração com a Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: < <http://verdadeaberta.org/>>. Acesso em: 3 maio 2015.

cional da Verdade – CNV, não pode desconhecer o que aconteceu nos momentos anteriores à morte na Dutra”. (CEV/SP, 2014). Para a Comissão Estadual da Verdade de SP JK foi assassinado⁶.

A análise sobre esses acontecimentos nos remete a Quéré (2005, p.72), para quem “os acontecimentos ganham um lugar em campos problemáticos e servem, pelo seu poder de esclarecimento e de discriminação, de pivôs dos inquéritos que procuram e elaboram soluções”. Também segundo o autor, partindo-se do princípio de que a maior parte dos acontecimentos se inscreve em campos problemáticos já constituídos que persistem enquanto os problemas e as relativas causas se conservam, também novos campos problemáticos se estabelecem com a emergência de fatos, nomeadamente a partir do trabalho efetivado em torno deles, especificando o que está em causa, no domínio da regulação política das condições do viver em conjunto numa coletividade (publicização).

⁶ “A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo ‘Rubens Paiva’ DECLARA que o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira foi vítima de perseguição política pela ditadura militar, teve seu mandato de senador e seus direitos políticos cassados, foi exilado, publicamente humilhado, encarcerado, difamado, foi vítima de campanha pública visando a destruir sua reputação e sua honra, vítima de espionagem no Brasil e no exterior e vítima de complô para assassiná-lo. Com fundamento em toda a ampla e cuidadosa investigação realizada e no regime jurídico aplicável, a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo ‘Rubens Paiva’, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, declara: o presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira foi assassinado pela ditadura militar, no dia 22 de agosto de 1976, no estado do Rio de Janeiro, município de Resende, na rodovia presidente Dutra”. Disponível em: <http://verdadeaberta.org/relatorio/tomo-iv/downloads/IV_Tomo_Relatorio-sobre-a-morte-de-juscelino-kubitschek.pdf>. Acesso em: 31 maio 2015.

Diante dessa perspectiva e entendendo que “as pessoas elaboram seus conhecimentos sobre o mundo a partir daquilo que a mídia inclui ou exclui do seu próprio conteúdo”. (HENN 2006, p. 179). Um dos objetivos deste trabalho é responder aos seguintes questionamentos: como as versões das comissões foram noticiadas pelos jornais? Quais os sentidos produzidos sobre essas versões? Qual o discurso dos jornais sobre a morte de JK? Nessa linha de raciocínio, a proposta é analisar a partir de perspectivas teóricas sobre acontecimento e de pressupostos da Análise de Discurso (AD) como se dá a disputa sobre a “versão final” do acontecimento morte de JK entre as comissões da verdade. Pretende-se analisar ainda como foi realizada a cobertura desse embate pelos jornais Folha de São Paulo (FSP) e O Globo (Globo).

A Análise do Discurso é um campo de estudo

[...] que apresenta ferramentas conceituais para a análise de acontecimentos discursivos, na medida em que toma como objeto de estudos a produção de efeitos de sentido, realizada por sujeitos sociais, que usam a materialidade da linguagem e estão inseridos na história. (GREGOLIM, 2007, p.13).

A AD é especialmente produtiva para dois tipos de estudos no jornalismo: mapeamento das vozes e identificação dos sentidos afirma Benetti (2007, p.107) e que “dizer e interpretar são movimentos de construção de sentidos, e assim como o dizer, o interpretar está afetado por sistemas de significação”. A AD atenta para esse movimento de instauração de sentidos, que exige compreender os modos de funcionamento de um discurso.

Assim, a análise da repercussão das versões das comissões da verdade nas edições impressas dos jornais compreende os períodos de 11 a 17 de dezembro de 2013 e de 23 a 29 de abril de 2014. O recorte se justifica por tratar-se das semanas em que as versões foram anunciadas pela Comissão Municipal de São Paulo, dia 10 de dezembro, e pela Comissão Nacional, 22 de abril, respectivamente. A divulgação do relatório da CEV/SP não obteve repercussão nos jornais analisados.

2. A causa da morte em disputa

Em 2012, depois de 27 anos de regime democrático, o Brasil criou a Comissão Nacional da Verdade, entendida por muitos como tendo sido a que foi possível diante do contexto político nacional. Ela surge em meio a uma disputa histórica sobre o que foi a ditadura militar brasileira e insere-se num circuito comunicacional que inclui, entre outros, os meios de comunicação, o campo jurídico, o governo federal, o Congresso Nacional, os que trabalharam para sua criação e os que envidaram esforços para que não fosse concebida.

A criação de uma Comissão Nacional da Verdade e da Justiça recebeu aprovação da 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos em 2008. A proposta foi incluída na primeira versão do Terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) de 2009⁷ e em 18 de novembro de 2011, quase dois anos depois da divulgação do PNDH-3, a Comissão tornou-se realidade. Nesse intervalo aconteceram debates e disputas

⁷ "No corpo do PNDH-3, instituído pelo Decreto 7.037, de 21 de dezembro de 2009, o objetivo de constituir uma comissão nacional da verdade foi inserido no Eixo orientador VI, intitulado 'Direito à memória e à verdade'.

sobre a proposta. Também naquele período, em 2010, ocorreu a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) responsabilizando internacionalmente o Brasil pelo desaparecimento de cerca de 70 pessoas, entre os anos de 1972 e 1974, na região conhecida como Araguaia. Ainda no mesmo espaço de tempo, entre a decisão de criar e a publicação da Lei, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu contra a revisão da Lei da Anistia (Lei nº 6683/79) por sete votos a dois.

A CNV teve como finalidade efetivar o direito à memória, à verdade histórica e promover a reconciliação nacional. Em 10 de dezembro de 2014, Dia Internacional de Direitos Humanos, a Comissão encerrou suas atividades com a entrega do relatório final, com 4.400 páginas, após dois anos e meio de trabalho. De acordo com o documento, disponível para *download* no site⁸ da CNV, as violações aos direitos humanos foram uma política de Estado objetivando extinguir a oposição ao regime militar.

A Comissão Nacional da Verdade disponibilizou, a partir de 18 de fevereiro de 2014, como forma de dar respostas à sociedade, relatórios preliminares de pesquisa. O caso Juscelino Kubitschek, quinto relatório, apresentado em 22 de abril de 2014 em Brasília, causou polêmica. Nele a CNV apresentou um laudo pericial, baseado em análise de elementos materiais, em que afirma que o ex-presidente e seu motorista, Geraldo Ribeiro, não foram vítimas de homicídio. Manteve, portanto, a versão defendida durante a ditadura militar. Para os peritos da CNV, eles morreram em decorrência das lesões causadas pela batida entre o Opala que os transportava e um caminhão Scania.

8 Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/>>.

A CNV recebeu em setembro de 2012 a solicitação⁹ para investigar as circunstâncias das mortes. Mas no relatório se observa, a partir da descrição das atividades realizadas com objetivo de averiguar o que de fato ocorreu, que o trabalho só começou em novembro de 2013. Portanto, mais de um ano depois do pedido. Com cinco meses de investigação a CNV divulgou seu parecer.

Já a Comissão da Verdade Vladimir Herzog¹⁰, criada em abril de 2012, apresentou seu relatório¹¹ em 10 de dezembro de 2013, quatro meses antes da conclusão da CNV, na qual defende que a morte de Juscelino foi provocada por atentado planejado por militares. Com base em 90 indícios, provas e testemunhos, a Comissão da Verdade de SP também aponta que o laudo do exame necroscópico realizado

⁹ "Por iniciativa dos Presidentes da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão da Verdade e do Memorial da Anistia Política da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Minas Gerais, foram apresentados à Comissão Nacional da Verdade, em setembro de 2012, vários documentos, cronologicamente identificados, sobre a morte do ex-presidente Juscelino Kubitschek e de seu motorista Geraldo Ribeiro, com a finalidade de que fossem examinadas as circunstâncias do acidente que os vitimou na tarde de 22 de agosto de 1976". Informações do relatório da CNV sobre a morte de JK. Disponível em: <www.cnv.gov.br>.

¹⁰ Criada por meio da resolução número 03, de 11 de abril de 2012, com objetivo de integrar, complementar e colaborar com a Comissão Nacional da Verdade instituída pela Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, e com a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, instituída pela Resolução nº 879, de 10 de fevereiro de 2012. Na reunião de instalação, os vereadores decidiram nomear o colegiado como Comissão da Verdade Vladimir Herzog, em homenagem ao jornalista morto durante o regime militar. Disponível em: <http://www.camara.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=11316>. Acesso em: 12 maio 2014.

¹¹ Disponível em: <http://www.camara.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17840:comissao-da-verdade-afirma-que-jk-foi-assassinado&catid=79:geral>. Acesso em 20 de jul. de 2014.

no motorista de JK é outro fator determinante para comprovar o atentado. Dentre as principais provas destacadas no relatório, está o depoimento do ex-motorista da Viação Cometa, Josias Nunes de Oliveira, que descreveu o momento em que o carro onde estava JK “ultrapassou o ônibus pela direita e não fez a curva”. (CMVVH, 2013). E o relato do perito criminal Alberto Carlos de Minas que disse ter recebido ameaças para não vincular o “acidente automobilístico a um atentado político”.

O documento da Câmara destaca:

Nossa investigação APONTA que JK perdeu a vida, em 22 de agosto de 1976, em consequência de conspiração, complô e atentado político perpetrado por agentes da ditadura militar, que temiam uma nova candidatura de JK à Presidência da República nas eleições de 1978. A CMVVH CONSIDERA nula, portanto, a *causa mortis* oficial, forjada no regime militar, segundo a qual o ex-presidente morreu em decorrência de desastre automobilístico em viagem de São Paulo para o Rio de Janeiro. (CMVVH, 2013).

A divergência entre as comissões não foi tratada diretamente ou abertamente pela CNV até que o presidente da Comissão Municipal de SP, vereador Gilberto Natalini, publicou artigo na Folha de S. Paulo, em 6 de maio de 2014. “Ao contrário do que sustenta a Comissão Nacional da Verdade (CNV), o ex-presidente Juscelino Kubitschek não morreu em acidente de trânsito, mas foi assassinado pela ditadura militar”. (NATALINI, 2014). Para Natalini, a CNV desprezou, entre outras questões, os testemunhos dos passageiros do ônibus que, unanimemente, informaram não ter havido choque com o Opala de JK. A Comissão Nacional também não levou em conside-

ração a declaração do motorista da Viação Cometa sobre a oferta de suborno que recebeu para assumir a responsabilidade pela morte do ex-presidente. Em sua investigação, segundo Natalini, a CNV não leva em conta que JK e Ribeiro morreram três minutos após deixarem o hotel fazenda Villa-Forte, cujo proprietário era o brigadeiro Newton Junqueira Villa-Forte, um dos criadores do Serviço Nacional de Informações (SNI), ligado ao então ministro da Casa Civil, general Golbery do Couto e Silva, e ao chefe do SNI em 1976, general João Baptista Figueiredo.

Para contrapor o artigo de Natalini (2014) foi publicado pela CNV, na seção Relatórios Preliminares, junto aos documentos que atestam a morte de JK por acidente, um texto em que são ratificadas as conclusões do Relatório Preliminar de Pesquisa e Laudo Pericial sobre as circunstâncias da morte do ex-presidente Juscelino Kubitschek e de seu motorista, Geraldo Ribeiro.

As distintas versões sobre a morte do ex-presidente foram discutidas no início de junho de 2014, em audiência pública realizada na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. No encontro, o presidente da CMVVH, Natalini (2014a), defendeu a necessidade de mais investigações antes de se chegar a qualquer conclusão. "Estamos hoje aqui na Faculdade de Direito e isso é muito importante, porque o mundo jurídico agora entra no debate". (NATALINI, 2014a). Para Gilberto Bercovici, professor de Direito Econômico e Economia Política da USP, presente na audiência, "é necessário investigar o que aconteceu. Não pode haver deturpação da verdade porque a comissão tem um prazo para fazer seu trabalho", argumentou. "Isso seria um desserviço à memória e à verdade". (BERCOVICI apud GOMBATA, 2014).

As divergências entre as comissões e a inexistência de diálogo entre seus integrantes revela a complexidade que circunda as tentativas em se discutir acontecimentos que integram a ditadura militar brasileira.

3. As versões das comissões nos jornais

O que chegou para os leitores da FSP e do Globo, jornais de referência, sobre a morte de JK e a disputa de versões entre as comissões da verdade? É possível noticiar as variantes sobre a morte do ex-presidente sem referenciar o contexto em que ela ocorreu? É preciso pensar nessas questões levando-se em conta que a divergência entre as comissões acontece em um momento crucial de disputa pela memória sobre o que ocorreu durante a ditadura no Brasil (1964-1985). A partir do trabalho das comissões da verdade, acentuou-se a disputa pela “palavra final”. O Brasil viveu 21 anos sob o regime militar, um longo período de silenciamento e de esquecimento forçado. A disputa pela memória é ideológica e política e o jornalismo ocupa lugar de destaque nesse debate.

A memória é uma construção e, como tal, é perpassada veladamente por mediações que expressam relações de poder que hierarquizam, segundo os interesses dominantes, aspectos de classe, políticos e culturais. Desse modo, longe de ser um produto do acaso, a memória é resultado da relação e interação entre os diversos atores históricos em um determinado contexto. (PADRÓS, 2001). “O que a memória individual grava, recalca, elimina, recorda, é evidentemente o efeito de um verdadeiro trabalho de organização e de seleção”. (POLLAK, 1992, p. 204).

De acordo com Berger (2009), ao jornalismo corresponde o tempo da atualidade e a descrição do

mundo. Mas nele está contido o tempo da história, ou seja, o tempo do presente que diz do sentido da vida e do mundo no diálogo com o que passou e o que virá. São tempos que se entrelaçam na constituição das narrativas do presente. O jornalismo é um “lugar de circulação e produção de sentidos”. (BENETTI, 2007, p. 107).

Para a análise que se propõe, da repercussão das versões das comissões da verdade nos jornais, foram selecionados os períodos de 11 a 17 de dezembro de 2013 e de 23 a 29 de abril de 2014. As versões foram anunciadas pela Comissão da Câmara de Vereadores de São Paulo, dia 10 de dezembro, e pela CNV, dia 22 de abril, respectivamente.

Na semana de 11 a 17 de dezembro a FSP e o Globo publicaram uma matéria cada um sobre a conclusão da comissão municipal paulista. No dia 17 o Globo divulgou um artigo, no espaço opinião, de Gil Castello Branco, com o título: **“A morte de JK: o acidente e a farsa”**. O autor do texto é filho do já falecido perito e promotor de Justiça Francisco Gil Castello Branco, que à época da morte de JK era o diretor do Departamento Técnico e Científico da Polícia do Estado do Rio de Janeiro e conduziu as investigações.

No dia 11 o jornal paulista trouxe a chamada de capa: **“Comissão de SP diz que JK foi assassinado”**, acompanhada de um pequeno texto. Na matéria, que ocupa meia página do jornal, o título: **“Comissão de SP afirma que Juscelino foi assassinado”** e no subtítulo: **“Grupo reuniu indícios de que o presidente foi vítima de atentado”**. O texto traz as informações divulgadas pela assessoria de comunicação da Câmara de Vereadores de São Paulo que apontam os indícios

que levaram o grupo a concluir que o ex-presidente foi vítima da ditadura. O texto é construído apenas com dados da comissão paulista, sem ouvir outras fontes ou contextualizar o momento que o país vivia em 1976. Não faz nenhuma relação com o momento político, trabalho da CNV, onde ocorre uma disputa sobre o que de fato aconteceu no Brasil durante o regime militar, por exemplo.

Já no Globo, na mesma data, dia 11, o tema não apareceu na capa. O jornal traz um texto com o título: **“Comissão da Verdade em SP afirma que JK foi assassinado”** e no subtítulo: “Vereadores pedem mais investigações para comprovar a tese”. Assim como o texto da FSP, a matéria do Globo apresenta apenas alguns dados divulgados no relatório da comissão. Oportuno mencionar que existe ainda a inclusão de informações de outro acontecimento corrido em Pernambuco, em 1966, na matéria do jornal carioca. O texto sai do caso JK e vai para o “atentado terrorista no Aeroporto dos Guararapes (PE)”, que traz dados da Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Helder Câmara.

De 23 a 29 de abril de 2014 a FSP e o Globo repetiram a linha de cobertura realizada em dezembro de 2013. Publicaram somente uma matéria sobre a versão apresentada pela CNV. Na edição da FSP do dia 23 a conclusão da CNV de que a morte de JK ocorreu por acidente não apareceu na capa. O jornal apresenta uma matéria com o título: **“Comissão rejeita tese de atentado contra JK”** e o subtítulo: “Relatório da Comissão Nacional da Verdade rebate versão de grupo municipal que apontava complô contra político”. O texto destaca a divergência entre as comissões, se restringe ao relatório e traz a posição

do vereador paulista e presidente da CMVVH: “Vou pedir uma reunião para confrontar item por item de cada relatório. Outro problema é que não fomos nem consultados”. Nenhum integrante da CNV foi ouvido pelo jornal. A FSP também publicou dois artigos sobre o tema, naquela mesma semana. Dia 24 um texto de Clovis Rossi contou com uma chamada na capa: **“Divulgar papéis da ditadura ajudaria a elucidar morte de JK”**. O título do artigo: **“A verdade e suas versões”**. No dia 28 o jornal publicou artigo com o título: **“JK assassinato ou acidente?”**, assinado por José Paulo Cavalcanti Filho, integrante da CNV. Nele, o comissionado defende a versão apresentada pela comissão nacional.

No jornal carioca a divulgação da versão da comissão nacional, dia 23, não foi capa. O Globo traz o texto com o título: **“Comissão da Verdade conclui que morte de Juscelino foi acidental”** e o subtítulo: “Fragmento metálico no crânio do motorista era um grampo do forro do caixão”. A matéria é acompanhada de fotografia da cerimônia de divulgação, onde aparecem o coordenador da CNV, Pedro Dallari, e o integrante da comissão nacional, José Paulo Cavalcanti Filho, com a imagem de JK ao fundo. O texto apresenta a posição de Dallari e Cavalcanti sobre a discordância entre as comissões, mas não ouviu nenhum integrante da comissão paulista.

A análise dos períodos permite identificar que os jornais trataram o tema com superficialidade e foram apenas reativos, quando não passivos, na cobertura do acontecimento morte de JK. Só pautaram as versões a partir da ação das comissões. Os textos utilizam principalmente dados dos relatórios e contam com poucas fontes. Não existe o contraditório e nem a

contextualização necessária sobre o trabalho realizado pelos grupos nacional e paulista. Mesmo tendo muito o que abordar sobre a ditadura no Brasil e suas inúmeras lacunas, os jornais não produziram reportagens investigativas. E nesse cenário pode-se incluir o jornal O Estado de São Paulo e o Jornal Nacional, por exemplo. Não há interesse em discutir a história recente do país.

Os jornais têm realizado cobertura tímida, carregada de apagamentos, que não traduz a importância da criação da CNV e demais comissões da verdade para a história política brasileira, mas, pelo contrário, têm colocado muitas vezes em suspeição sua finalidade e objetivos. (ABREU, 2013). Para Orlandi (2007, p. 46), “quando se trata do silêncio, nós não temos marcas formais, mas pistas, traços. É por fissuras, rupturas, falhas, que ele se mostra fugazmente”. Segundo a autora, a política do silêncio (o silenciamento) mostra que, como o sentido é sempre produzido de um lugar, a partir de uma posição do sujeito, ao dizer, ele estará, essencialmente, não dizendo outros sentidos. Isso determina um recorte necessário no sentido. Dizer e silenciar caminham juntos.

4. Jornalismo e consolidação da democracia

De acordo com Benetti (2007), o discurso jornalístico é por definição plural. Portanto, poderia se esperar que o texto jornalístico expressasse, pelo menos em parte, a pluralidade de visões sobre um determinado assunto, mas nem sempre é o que ocorre. “Em estudos do discurso, o não-dito tem tanta força quanto o dito”. (BENETTI, 2007, p.115). Na análise que apresentamos aqui e nas anteriores que realizamos (ABREU, 2013; 2013a), sobre as coberturas dos jornais em relação

ao trabalho da CNV, constatou-se, além da atuação reativa, a ausência de pluralidade. Reiteradamente tem sido apagada nessas coberturas toda a história que envolve os que lutaram pela democracia no Brasil; esses personagens, as vítimas e seus familiares são excluídos do processo de produção. É deixado de lado o que mais importa nesse contexto, o resgate da memória histórica brasileira. Conforme argumenta Nora (1981), a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em constante evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas alterações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de súbitas revitalizações.

Assim, “podemos dizer, generalizando, que toda denominação apaga necessariamente outros sentidos possíveis, o que mostra que o dizer e o silenciamento são inseparáveis: contradição inscrita nas próprias palavras”. (ORLANDI, 2007, p. 74).

Os meios de comunicação “definem para a maioria da população os acontecimentos significativos que estão a ter lugar, mas também oferecem interpretações poderosas acerca da forma de compreender estes acontecimentos”. (HALL et al, 1993, p. 228). Compreendemos e temos defendido que uma disputa se estabelece a partir da criação da Comissão Nacional da Verdade e ela versa sobre a memória que a sociedade deve ter sobre o que aconteceu durante a ditadura no Brasil. “Quando um acontecimento político mexe com a cabeça de um determinado grupo social, a memória de cada um de seus membros é afetada pela interpretação que a ideologia dominante dá desse acontecimento”. (BOSI, 2004, p. 21).

Destacamos que um dos principais compromissos do jornalismo deve ser o de contribuir para o fortalecimento e a consolidação da democracia. São os meios que selecionam o que é importante para a sociedade, pois organizam, tematizam, agendam, silenciam ou apagam.

Fernando Resende enfatiza que

Se, para Foucault, as sociedades do saber eram outrora as instâncias legitimadoras de uma fala que se pretendia verdadeira, podemos supor que hoje a mídia, com o seu amparo institucional e por meio dos seus objetos que produzem falas, constitui-se como uma instância fundamental, porque certamente reguladora e mantenedora de um status quo que visa à ordenação dos fatos que tecem nossas relações sociais. [...] A partir desses lugares, pelo desejo e pelo poder, revestidos da vontade de verdade, os discursos jornalísticos tornam-se expressões máximas do que é verdadeiro; e é com eles, vale dizer, que construímos os nossos modos de compreender e ver o mundo, visões que tecem nossa percepção do outro e nossa maneira de lidar com o diferente ou o semelhante. (RESENDE, 2007, p. 83).

Para o pesquisador Daniel Aarão Reis, “os fundamentos sociais e históricos da ditadura precisam ser discutidos e compreendidos. O autoritarismo permeia toda a sociedade brasileira. De modo nenhum nossa democracia está a salvo de surtos autoritários”. (REIS, 2014). Nessa perspectiva, o historiador Carlos Fico lembra que em 1964, “parcelas significativas da sociedade brasileira aceitaram uma solução autoritária para os problemas que afligiam o país. Podemos assegurar que estamos livres dessa ‘tentação’?” (FICO, 2014a). Após 30 anos de regime democrático nos depara-

mos com movimentos, como o divulgado pelo G1¹² no dia 22 de março de 2014, em matéria intitulada: “Nova versão da Marcha da Família percorre ruas do Centro de SP”, tendo como subtítulo: “Major diz que mil pessoas participaram da caminhada até a Sé. Manifestantes pedem retorno dos militares ao poder”.

Constata-se que o principal sentido produzido pelos jornais sobre a morte de JK é: “não importa, já passou”. Não é necessário retomar essa discussão. Isso fica evidenciado pela falta de problematização, averiguação e aprofundamento nas escassas matérias produzidas. O desinteresse dos jornais por um acontecimento importante e ainda contestável da história recente do país é evidente. Falta ao Brasil romper com seu passado autoritário para, finalmente, poder avançar na consolidação democrática, e o jornalismo tem o dever de participar desse processo de forma ativa. Conforme Gregolim (2007, p.15-16), “na sociedade contemporânea, a mídia é o principal dispositivo discursivo por meio do qual é construída uma ‘história do presente’ como um acontecimento que tensiona a memória e o esquecimento”, sendo que ela, em grande parte, formata a historicidade que nos atravessa e nos constitui, modelando a identidade histórica que nos une ao passado e ao presente.

Referências

ABREU, Carmen. Comissão Nacional da Verdade, jornalismo e a disputa pela memória. In: Congresso da SBPJOR, 11, 2013, Brasília. **Anais...** Brasília: Universidade de Brasília, 2013.

ABREU, Carmen. O discurso jornalístico sobre a instalação da Comissão Nacional da Verdade. **Revista Rumores**. São Paulo: ECA-USP, v. 7, n. 14. 2013a.

¹² Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/03/manifestantes-se-reunem-para-nova-versao-da-marcha-da-familia-em-sp.html>>. Acesso em: 20 de jul. de 2014.

BENETTI, Marcia. Análise do Discurso em Jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia (Orgs.). **Metodologias de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BERGER, Christa. Jornalismo e memória e ditadura. In: Congresso Sopcom, 6, 2009, Lisboa. **Anais...** Lisboa: Universidade Lusófona, 2009.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Atelie Editorial, 2003.

CEV/SP. **Relatório sobre a morte do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira**. 11 dez. 2014. Disponível em: <http://verdadeaberta.org/relatorio/tomo-iv/downloads/IV_Tomo_Relatorio-sobre-a-morte-de-juscelino-kubitschek.pdf>. Acesso em: 31 maio 2015.

CMVVH. **Relatório Comissão Municipal da Verdade**. 2013. Disponível em: <<http://www.camara.sp.gov.br/livrocomissaoдавerdade/>>. Acesso em: 27 out. 2015.

COUTO, Ronaldo Costa. **O essencial de JK**: visão e grandeza, paixão e tristeza. São Paulo: Planeta, 2013.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart**: uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FICO, Carlos. **Os riscos de uma leitura vitimizadora do golpe de 1964**. Jornal O Globo, 15 fev. 2014a. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2014/02/15/carlos-fico-os-riscos-de-uma-leitura-vitimizadora-do-golpe-de-1964-524445.asp>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964**: momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

GOMBATA, Marsílea. **O descompasso das comissões da verdade**. Carta Capital, 04 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-descompasso-das-comissoes-da-verdade-5152.html>>. Acesso em: 19 jul. 2014.

GREGOLIM, Maria do Rosário. Análise do discurso e mídia: a (re) produção de identidades. **Revista Comunicação, mídia e consumo**. São Paulo, v.4, n.11, nov. 2007, p.11-25.

HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e histórias. Lisboa: Vega, 1993.

HENN, Ronaldo. Direito à memória na semiosfera midiaticizada. **Revista Fronteiras**. São Leopoldo: Unisinos, 2006.

NATALINI, Gilberto. **Audiência pública**. 2014a. Disponível em: <http://www.camara.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=19062:natalini-quer-barrar-relatorio-da-comissao-nacional-da-verdade&catid=141:comissao-da-verdade&Itemid=65>. Acesso em: 19 jul. 2014. [favor informar data de acesso].

NATALINI, Gilberto. **Gilberto Natalini: JK foi assassinado**. Folha de S. Paulo, 06 maio 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opinia0/2014/05/1449769-gilberto-natalini-jk-foi-assassinado.shtml>>. Acesso em: 25 maio 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista do Programa de estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**. São Paulo, 1981.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2000.

ORLANDI, Eni. **As Formas do Silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

PADRÓS, Henrique Serra. **Usos da memória e do esquecimento na história**. 2001. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/grpesqla/revista/num4/ass02/pag01.html>>. Acesso em: 12 jul. 2013.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992, p.3-15.

QUERÉ, Louis. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos – Revista de Comunicação, Cultura e Educação**. Lisboa, nº 6, 2005.

REIS, Daniel Aarão. **As conexões civis da ditadura brasileira**. Jornal O Globo, 15 fev. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2014/02/15/daniel-aarao-reis-as-conexoes-civis-da-ditadura-brasileira-524443.asp>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

RESENDE, Fernando. O discurso jornalístico contemporâneo: entre o velamento e a produção das diferenças. **Revista Galáxia**, nº 14. São Paulo, 2007.